



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Direcção-Geral do Tesouro

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2005

DGT

2006

SUMÁRIO

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	2
1.1.	Objectivos estratégicos	2
1.2.	Ambiente externo	2
1.3.	Organização Interna	3
2.	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	4
2.1.	Tesouraria Central do Estado	4
2.2.	Intervenção Financeira do Estado	9
2.3.	Regularizações e de Recuperações	14
2.4.	Sistemas de Informação e Administração	17
2.5.	Auditoria Interna	22
2.6.	Prospectiva e Coordenação	23
2.7.	Apoio Jurídico	26
3.	AVALIAÇÃO FINAL	27

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório, que constitui um documento de avaliação da execução global do Plano de Actividades da Direcção-Geral do Tesouro para 2005, foi elaborado com a participação de todos os Serviços que a integram e de acordo com as orientações definidas pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2004, de 21 de Abril.

1.1. Objectivos estratégicos

	Descrição
1	Participar no processo de consolidação orçamental, optimizando a afectação dos recursos financeiros públicos e promovendo a melhoria dos sistemas de controlo da sua utilização decorrente da execução das despesas e das receitas
2	Contribuir para a definição de uma estratégia global para o Sector Empresarial do Estado e para uma gestão eficiente dos apoios financeiros do Estado
3	Optimizar a administração dos processos associados às recuperações de créditos, regularizações financeiras e liquidações
4	Racionalizar a gestão dos recursos no âmbito do processo de Reforma da Administração Pública

1.2. Ambiente externo

O ano de 2005 foi caracterizado por um ligeiro crescimento da actividade económica portuguesa, resultante da própria conjuntura interna e da de toda a Área do Euro, onde aquela actividade mostrou indícios de melhoria, a partir do 2º semestre de 2005. Portugal continuou, no entanto, obrigado a cumprir as imposições decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento e a defrontar-se com os reflexos da extraordinária subida do preço do petróleo. Refira-se

que, de acordo com o Banco de Portugal, o elevado preço do barril será responsável, em 2005/2006, pela redução em 0,6% do crescimento português.

Confrontado com um deficit excessivo e com a necessidade de proceder a um efectivo ajustamento da sua economia, Portugal reforçou o rigor da política orçamental conducente a uma maior contenção da despesa, nomeadamente através da aprovação de medidas de reforma e reestruturação da Administração Pública, e um maior crescimento da receita.

1.3. Organização interna

Em termos de organização interna, foram nomeados novos titulares de cargos de direcção superior, tendo o novo Director-Geral e três novos Subdirectores-Gerais tomado posse, respectivamente, em Setembro e Dezembro de 2005.

Em Julho daquele ano, ocorreram ajustamentos no Departamento de Tesouraria Central do Estado, quer no Gabinete de Gestão de Tesouraria quer na Direcção de Contas do Tesouro, ao nível dos Núcleos e respectivas funções, tendo em vista uma melhor operacionalidade dos serviços.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Tesouraria Central do Estado

Prog.	Obj	Proj.	Actividade	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultado alcançado	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	1 4	Gestão de disponibilidades	Gestão previsional de tesouraria	X	X	X	X	B	Diminuição dos desvios entre o previsto e o executado	Reestruturação da folha de Tesouraria para melhor identificação dos desvios
			Rentabilização dos excedentes de tesouraria	X	X	X	X	B	Obtenção da taxa de rentabilidade EONIA + 17 p.b.	Maximização das rentabilidades através de depósitos a prazo.
			Aplicação das disponibilidades financeiras	X	X	X	X	B	Optimização dos saldos DO/DP em função das taxas de juro prevacentes.	Acompanhamento permanente das taxas de juro e realização de consultas ao mercado.
		Minimização da dispersão de fundos	Centralização da totalidade das disponibilidades financeiras do Estado	X	X	X	X	B	Início do processo de centralização das disponibilidades das EPE.	Disponibilização de depósitos a prazo com condições financeiras mais atractivas.
Prestação de serviços bancários	1 4	Gestão de contas dos serviços públicos	Melhoria da qualidade da prestação de serviços bancários aos serviços públicos	X	X	X	X	D	Utilização do Banco do Tesouro por 861 organismos públicos (entre SFA, Integrados, UE e EPE), atingindo um total de 2 470 contas, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 45% relativamente ao ano anterior	Permanecem na banca comercial os valores relativos a fundo de maneo, utilização de cartões de crédito e Via Verde
			Acompanhamento da implementação do Sistema de Cobranças por Débito em Conta (SCDC), a efectuar com várias entidades prestadoras de serviços	X	X	X	X	B	O SCDC foi concluído em termos aplicativos, seguindo-se a realização de testes com as entidades cobradoras	
			Colaboração na implementação e divulgação do pagamento de custas judiciais pelo sistema de "Homebanking" do Tesouro	X	X	X	X	B		A implementação do pagamento de custas judiciais pelo "Homebanking" depende da conclusão das melhorias informáticas em curso naquele sistema

¹ A – Concluída
 B – Em curso
 C – Não iniciada
 D – Continua

		Colaboração na implementação do pagamento de dívidas tituladas por documentos únicos (DUC), no sistema de "Homebanking" do Tesouro	X	X	X	X	B		A implementação do pagamento de DUC pelo "Homebanking" depende da conclusão das melhorias informáticas em curso naquele sistema
		Dinamização da utilização da funcionalidade de depósitos externos (em numerário e cheques), como forma de apoio à cobrança das receitas dos serviços públicos	X	X	X	X	D	Centralização no Tesouro de receitas arrecadadas por 176 serviços públicos no montante global de 2.573,68 M€, através de depósitos externos efectuados na banca comercial (BCP, BES e CGD), em contas tituladas pela DGT	
		Dinamização da utilização do sistema de "Homebanking" junto dos serviços integrados, como forma de interligar as aplicações informáticas de suporte à gestão orçamental e de tesouraria	X	X	X	X	D	Movimentação de valores pelos serviços integrados em 737 contas abertas no "Homebanking", correspondendo a um aumento de 84% face ao ano anterior	
		Colaboração na implementação de novos certificados digitais nos utilizadores do sistema de "Homebanking"	X	X	X	X	D	Implementação de 800 certificados nos organismos clientes do Tesouro	
		Aperfeiçoamento dos circuitos de informação entre as várias entidades envolvidas no âmbito dos fundos comunitários	X	X	X	X	B	Maior interligação da informação e das aplicações informáticas	
		Colaboração na criação de extractos bancários em formato electrónico a disponibilizar aos clientes do Tesouro	X	X	X	X	A	Utilização por parte do IGFSS do extracto bancário em formato electrónico	
	Gestão da Rede de Cobranças do Estado	Alargamento da rede de cobranças do Estado a serviços públicos que detenham grandes volumes de documentos à cobrança	X	X	X	X	B		Continuam em curso os contactos com várias entidades administradoras de receitas (p.e. DGV), no sentido da redução do recurso à banca comercial por parte desses serviços
		Difusão da utilização do documento único de cobrança enquanto documento desmaterializado	X	X	X	X	B	Criação de 5 novos DUC, atingindo-se um total de cerca de 13 milhões de documentos cobrados, correspondendo a uma receita global arrecadada de cerca de 36 000 M€	

		Maximização da utilização do novo Sistema de Cobranças do Estado (SCE)	X	X	X	X	B	Início da utilização da reconciliação de fundos efectuada pelo SCE, para controlo dos prazos de transferência de valores para o Tesouro, em cumprimento de acordos celebrados com a banca comercial	
		Melhoria da interligação entre os sistemas de cobrança das tesourarias de Finanças e das Alfândegas com o SCE	X	X	X	X	B	Início da recepção das datas de depósito das cobranças das tesourarias das Finanças, pelo SLC ao SCE. Testes de controlo da coerência da informação de cobrança transmitida electronicamente pelas Caixas do Tesouro, através da comparação com a informação enviada em suporte de papel	
		Alargamento da rede de cobranças do Estado	X	X	X	X	B		A implementação do pagamento de DUC pelo Homebanking" depende da conclusão das melhorias informáticas em curso naquele sistema
		Implementação da utilização da opção de "pagamento de serviços" pelas caixas automáticas Multibanco da SIBS	X	X	X	X	A	Recebidas 719 operações realizadas através das Caixas Automáticas da SIBS, correspondendo a cerca de 2,7 M€ de receitas arrecadadas	
		Implementação da ligação do SCE ao Sistema de Contas do Tesouro (SGT)	X	X	X	X	B	Contabilização automática das cobranças e depósitos, relativos a entidades colaboradoras na cobrança (CTT, Bancos e SIBS). Conclusão dos testes de controlo da coerência da informação de cobrança e de depósito transmitida electronicamente pelo SCE, através da comparação com a informação enviada em suporte de papel, cuja automatização se iniciou a 2 de Janeiro de 2006	
		Colaboração na implementação de novas funcionalidades no SCE	X	X	X	X	A	A implementação das novas funcionalidades conduziu à melhoria dos mecanismos de controlo disponibilizados pelo SCE, bem como da informação remetida automaticamente por esse sistema à Contabilidade do Tesouro	
	Alargamento do serviço de compensação de cheques	Compensação, através da DGT, dos cheques entregues nas tesourarias das Finanças	X	X	X	X	B	Primeira reunião do Grupo de Trabalho em Fevereiro, com a presença de elementos da DGT, DGCI, DGAIEC e DGITA. Seguiram-se mais 5 reuniões durante o ano, não se registando avanços a nível de desenvolvimento de sistemas	Este projecto encontra-se atrasado devido a constrangimentos apresentados por parte da DGCI, DGAIEC e DGITA. Prevê-se alguma evolução positiva durante 2006
	Desenvolvimento do novo SCT	Colaboração no desenvolvimento do novo Sistema de Compensação do Tesouro (SCT)		X	X	X	B	Início do processo de consulta em Junho e conclusão em Setembro. Início das tarefas de análise e desenvolvimento do novo SCT em finais de Outubro, prevendo-se a entrada em produção em Abril/Maio de 2006	

		Gestão do processo de reembolsos de viagens no âmbito do Conselho da UE	Centralização do montante do envelope financeiro a atribuir anualmente a Portugal e justificação da sua despesa perante o Secretariado-Geral do Conselho da UE	X	X	X	X	A	Cumprimento eficaz das decisões Comunitárias e das ordens dos Gestores e DGO	
			Afectação dessas verbas aos orçamentos dos serviços ou a receita do Estado, consoante a decisão que for tomada pelas entidades competentes	X	X	X	X	A	Maior segregação e controlo das despesas a efectuar por parte dos organismos relativamente às viagens	
		Aperfeiçoamento do serviço de emissão de certidões de descontos	Melhoria do procedimento relativo à emissão das certidões de descontos, a partir do Sistema de Contas Correntes (SCC)	X	X	X	X	B	Conclusão dos testes para emissão automática de certidões de saldos e de descontos	O início da utilização desta funcionalidade no SGT e "Homebanking" efectuou-se em 2006
		Aperfeiçoamento do serviço de pagamentos na ordem externa	Prestação de esclarecimentos sistemáticos, formais e informais, sobre o preenchimento dos pedidos de pagamento na ordem externa	X	X	X	X	B	Aumento do número de organismos a indicar adequadamente o IBAN e SWIFT nas ordens dadas ao Tesouro, bem como o nome correcto dos beneficiários	A melhoria na qualidade desta informação traduziu-se num decréscimo de devoluções
		Gestão dos processos de cheques sem provisão em que o Estado é lesado	Colaboração na implementação da aplicação informática de controlo dos processos de desistência de queixas, por emissão de cheques sem provisão em que Estado é lesado	X	X	X	X	A	Maior celeridade no tratamento dos processos de cheques sem provisão e conhecimento diário do estado de cada processo	Entrada em produção no último trimestre
Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado	1 4	Contabilização da movimentação de fundos	Alargamento da contabilização automática	X	X	X	X	B	Implementação da contabilização automática dos DUC e das operações no BP ainda manuais. Conclusão dos testes de controlo da coerência da informação de cobrança e de depósito transmitida electronicamente pelo SCE, através da comparação com a informação enviada em suporte de papel	A automatização dos registos relativos à movimentação efectuada pelas caixas iniciou-se a 2 de Janeiro de 2006
			Emissão mensal de balancetes das contas de OET	X	X	X	X	B	Não foi possível a emissão dos balancetes no prazo estabelecido no Regime da Tesouraria do Estado, por razões externas ao Tesouro	A emissão dentro daquele prazo iniciou-se em Janeiro de 2006
	Controlo da movimentação de fundos	Controlo das Caixas do Tesouro	X	X	X	X	B	Redução dos prazos de confirmação dos valores cobrados e depositados para o 23.º dia do último mês de cada trimestre, com referência ao trimestre imediatamente anterior	Com a automatização dos registos das caixas, em 2006 reduzir-se-ão consideravelmente aqueles prazos	

			Controlo da movimentação de fundos por OET	X	X	X	X	B	Redução dos prazos para a elaboração de relatórios de controlo até ao final do último mês de cada trimestre, com referência ao trimestre imediatamente anterior	
			Controlo das contas bancárias	X	X	X	X	B	Redução dos prazos de confirmação dos valores cobrados e depositados para o 23.º dia do último mês de cada trimestre, com referência ao trimestre imediatamente anterior	Com a automatização dos registos das caixas, em 2006 reduzir-se-ão consideravelmente aqueles prazos

2.2. INTERVENÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Progr.	Obj	Proj	Actividade	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultado alcançado	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Concessão de apoios financeiros do Estado	2 4	Garantias do Estado	Análise e instrução de processos para a concessão de garantias pessoais do Estado	X	X	X	X	A	<p>Análise de 13 processos de garantia, incluindo a instrução de 3, que envolveram a concessão de garantias no valor de cerca de 450 M€</p> <p>Embora não prevista, preparou-se 1 operação de concessão de crédito de ajuda a Angola de 100 M€ que, para além de outros aspectos, envolve também a garantia do Estado</p>	<p>Verificou-se uma variação negativa, em relação ao valor previsto, de cerca de 1.550 M€ devido à diminuição de pedidos dos beneficiários das garantias</p> <p>No entanto, em termos de n.º de operações, foram analisadas mais 10 do que as previstas: 4 manutenções, 3 acordos de princípio, 2 financiamentos, sem a garantia do Estado e 1 operação de crédito de ajuda</p>
			Gestão dos processos de garantias concedidas pela DGT, pela COSEC e pelo BEI, em nome do Estado	X	X	X	X	D	<p>Na administração de processos de garantias concedidas pela DGT:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cobrança de comissões de garantia de 14,73 M€; Pagamentos em execução de garantias na ordem dos 17,06 M€ <p>Na gestão de garantias concedidas por terceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pagamento de indemnizações de seguros COSEC de 9,55 M€ e cobrança de 5,1 M€ de prémios; Execuções de garantias concedidas aos países ACP de 0,13 M€. 	<p>Não se verificaram alterações significativas, à excepção dos pagamentos em execução de garantia, ao abrigo da Lei n.º 112/97, que foram inferiores aos previstos (25,4 M€)</p>
			Acompanhamento da recuperação de activos resultantes da execução de garantias do Estado, através da DGT, do BEI e da COSEC.	X	X	X	X	D	<p>Acompanhamento da recuperação de cerca de 25,8 M€, referentes a garantias do Estado concedidas através da COSEC, sendo 25,7 M€ relativos a Angola, Argélia e Rússia no âmbito dos acordos de reescalonamento das respectivas dívidas, e de 0,13 M€ através do BEI</p>	

1 A – Concluída
B – Em curso
C – Não iniciada
D - Contínua

		Preparação e participação nas reuniões do Conselho de Garantias Financeiras	X	X	X	X	D	Apreciação dos documentos discutidos nas 35 reuniões do CGF, que envolveram a assunção de responsabilidades de 364 M€	O número de reuniões, bem como o valor das responsabilidades assumidas, foi inferior ao previsto (55 reuniões e 610 M€), devido essencialmente à continuada redução da actividade seguradora do Estado
		Administração de processos de garantia de risco de câmbio e subsídição da taxa de juro	X	X	X	X	D	Pagamento de 1,25 M€ e receitas de 0,023 M€ no âmbito dos processos de garantia de risco de câmbio	Não se verificaram alterações significativas
		Elaboração e divulgação de informação estatística, incluindo a destinada ao SDDS e Template do Fundo Monetário Internacional	X	X	X	X	D	Elaboração de 16 quadros estatísticos conforme previsto	Para além destes, foram elaborados diversos mapas para o IGCP, bancada parlamentar do PSD, Tribunal de Contas, DGO, e outros serviços da DGT
		Criação do Sistema de Garantias e Empréstimos SGE					C		Esta actividade não foi efectuada por alteração de prioridades fixadas ao nível da DGT
		Revisão do actual quadro legislativo das garantias do Estado	X	X	X	X	B A	Elaboração de um projecto preliminar de alteração da Lei n.º 112/97 e um projecto de despacho para fixar novas comissões de garantia Elaboração de uma nova versão de Lei relativa à concessão pelo Estado de garantias pessoais no âmbito do crédito ajuda	Transitou para 2006 a discussão do projecto de alteração da Lei n.º 112/97, efectuada ao nível dos serviços
	Empréstimos do Estado	Análise e instrução de processos para efeitos de concessão de empréstimos	X	X	X	X	A	Empréstimos de médio e longo prazo de 52,4 M€	Destacam-se os empréstimos concedidos à GESTNAVE (51,1 M€)
		Administração directa de empréstimos e acompanhamento da gestão cometida ao IFADAP e ao Banco Venezuelano	X	X	X	X	D	Acompanhamento do processo de regularização da dívida da HCB ao Estado Cobrança do serviço da dívida dos empréstimos geridos por terceiros de cerca de 6,4 M€	O processo de regularização da dívida da HCB transitou para 2006 Foi prevista uma cobrança de 1,8 M€, tendo-se destacado a regularização das verbas cobradas pelo IFADAP no âmbito do Crédito PAR
	Bonificações de juros	Análise dos pedidos de pagamento de bonificações e processamento da respectiva despesa	X	X	X	X	D	Efectuados pagamentos no montante de cerca de 224,3 M€	A dificuldade de adaptação das IC ao novo SCH implicou um protelamento da despesa inicialmente prevista (335M€)

		Prestação de esclarecimentos a beneficiários de apoios do Estado e a instituições de crédito	X	X	X	X	D	Foi dada resposta a todos os pedidos de informação	A instrução de um processo pode envolver múltiplas intervenções com grau de complexidade diferenciada
		Análise de processos de devolução de bonificações resultantes de alienação de imóveis	X	X	X	X	D	Restituição aos mutuários do montante global de 467.198€, de bonificações e respectivo acréscimo de 10%, relativos a 104 processos Por seu lado, as IC devolveram à DGT bonificações retidas aos mutuários no montante de 6,4M€	
		Acompanhamento da implementação da base de dados relativa ao crédito bonificado à habitação	X	X	X	X	D	Colaboração na identificação e resolução de problemas das IC perante o novo SCH	
	Subsídios e indemnizações compensatórias	Cálculo das indemnizações / subsídios e elaboração da proposta de atribuição	X	X			A	Preparação da RCM que explicita a distribuição a afectar a 22 empresas	
		Concessão e processamento de indemnizações compensatórias não contratualizadas	X	X	X	X	A	Pagamentos efectuados a 8 empresas no montante de 149,3 M€	Mais de 50% do montante em causa foi processado no 2.º semestre
		Concessão e processamento de subsídios ao sector da Construção Naval e ao INGA	X	X	X	X	A	Pagamento de 1,07 M€ aos ENVC e de 112,9 M€ ao INGA	
		Análise dos pedidos de compensação de juros no âmbito de processos relacionados com as nacionalizações e expropriações	X	X	X	X	D	Pagamento de 14,84 M€, incluindo nesta despesa reclamações do ano anterior que foram objecto de negociação com as IC	Esta negociação teve em vista a aplicação de taxas mais compatíveis com o risco das operações
		Processamento de subsídios no âmbito do IAJ	X	X	X	X	D	Foram processados subsídios no montante de cerca de 61,5 M€	
		Preparação dos processos relativos ao SIII para encerramento ou transferência para o DRRF	X	X	X	X	D	Foi concluída a análise de 160 processos. Encontram-se por analisar, por falta de elementos, cerca de 20 processos	Superou-se em 60% o número de processos objecto de apreciação

Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	1 2 4	Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministro das Finanças no âmbito do Sector Empresarial do Estado	Emissão de pareceres relativos à situação económico-financeira e juridico-institucional das empresas participadas pelo Estado, quer em termos horizontais quer casuísticos	X	X	X	X	D	Elaboração de 111 informações/pareceres relativos à situação económica e financeira de 184 sociedades participadas directamente pelo Estado/DGT	
			Apoio e acompanhamento do processo de empresarialização dos Hospitais, SA	X	X	X	X	D	Reuniões conjuntas com a Unidade de Missão, o Ministério da Saúde e representantes dos Conselhos de Administração dos 31 Hospitais, SA;	
			Acompanhamento, análise e preparação da decisão sobre a reprogramação das intervenções nas sociedades Polis	X	X	X	X	D	Elaboração de informações/pareceres, de carácter geral, relativas à reprogramação das 22 Sociedades Polis	
			Preparação de Assembleias Gerais (AG) de empresas acompanhadas pela DGT	X	X	X	X	D	Elaboração de informações e projectos de despacho relativos a 180 AG.	
			Representação do Estado nas Assembleias Gerais de empresas participadas	X	X	X	X	D	Representação do Estado em 108 sessões de AG relativas a 80 empresas participadas pelo Estado/DGT.	
			Análise e acompanhamento das participações sociais resultantes da extinção da IPE, SA	X	X	X	X	B	Continuação do processo de registo de activos vindos da ex-IPE.	
			Análise de operações de financiamento	X	X	X	X	A	Elaboração de 5 informações.	
			Análise de operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de participações sociais	X	X	X	X	D	Elaboração de 4 informações e 2 notas	As operações efectuadas enquadram-se na política de gestão de activos financeiros adoptada pelo Governo.
			Divulgação do relatório "O Sector Empresarial do Estado – 2003"			X	X	A	Elaboração do Relatório do SEE relativo ao ano de 2003.	Este relatório não foi publicado.
			Elaboração e divulgação do relatório "O Sector Empresarial do Estado-2004"					C		

		Elaboração de informação estatística sobre o SEE	X	X	X	X	D	Fornecimento de informação estatística para os relatórios da OCDE, Banco Mundial, FMI, TC e para satisfação de outros pedidos pontuais	
		Participação no grupo de trabalho da OCDE “As privatizações e o Governo das Empresas Públicas”			X	X	A	Participação em reuniões conducentes à elaboração e aprovação do relatório “OCDE Guidelines on Corporate Governance of State – Owned Entrprises”	
		Melhoria e operacionalização do Sistema de Informação Financeira de Empresas Participadas pelo Estado (SIFEP)		X	X	X	A	Envio de “fichas tipo” a empresas registadas na carteira de títulos do Estado/DGT	
	Esforço financeiro no Sector Empresarial do Estado	Análise e emissão de pareceres sobre o esforço financeiro do Estado no SEE	X	X	X	X	A	Cobertura de um universo de 67 empresas	
		Preparação de despachos ou deliberações unânimes por escrito	X	X	X	X	D	Cobertura de um universo de 130 empresas	
		Processamento de apoios financeiros a título de dotações de capital e prestações suplementares						Pagamento de 507,6 M€, dos quais 75,2 M€ correspondem a prestações suplementares	286,7 M€ foram processados por “Saldos do Cap 60º do OE/2005”
	Contratos de concessão de bens e/ou serviços públicos	Emissão de pareceres sobre contratos de concessão		X	X		A	Elaboração de 2 informações	
		Processamento da despesa prevista nos contratos	X	X	X	X	A	Pagamento de 220,9 M€ a 14 empresas	23,1 M€ foram processados por “Saldos do Cap 60º do OE/2005”
	Gestão da carteira de títulos do Estado / DGT	Controlo e processamento das operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de títulos da carteira		X	X		A	Elaboração de 4 informações.	
		Controlo e processamento de receita de alienações de parte sociais, de dividendos e de participações nos lucros	X	X	X	X	A	Registo de receita no montante de 531M€.	

2.3. REGULARIZAÇÕES E RECUPERAÇÕES FINANCEIRAS

Prog.	Obj	Proj.	Actividade	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultado alcançado	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Regularização de responsabilidades	1 3 4	Acompanhamento de processos de liquidação e extinção de entidades	Apoio e acompanhamento das liquidações em curso	X	X	X	X	D	Conclusão dos processos de liquidação de 4 entidades Acompanhamento de 14 processos relativos a liquidações em curso Elaboração de 71 pareceres sobre liquidações em curso	
			Emissão de pareceres às contas das empresas em liquidação	X	X	X	X	A	Elaboração de 14 pareceres relativos às contas das empresas em liquidação	
			Preparação de despachos e deliberações unânimes por escrito	X	X	X	X	A	Preparação de 29 despachos e/ou deliberações unânimes por escrito	
			Preparação de autos de entrega e recepção do património residual de sociedades extintas	X	X	X	X	A	Elaboração e assinatura de 4 autos de entrega e recepção do património de sociedades extintas para o Estado/DGT	
			Acompanhamento das acções judiciais pendentes das empresas extintas	X	X	X	X	D	Elaboração de 11 informações relativas ao acompanhamento de diversas acções judiciais	
			Acompanhamento dos processos pendentes transmitidos para a DGT em resultado da extinção de entidades públicas	X	X	X	X	A	Elaboração de 80 informações e/ou notas relacionadas com diversas situações pendentes de entidades extintas	

1 A – Concluída
B – Em curso
C – Não iniciada
D - Contínua

		Controlo e de processamento de despesa e receita	X	X	X	X	A	Regularização de despesas resultantes de processos de extinção de entidades públicas no montante de 422 000 € Transferência para a DGT dos saldos apurados com o encerramento da liquidação de diversas entidades no montante de 8,2 M€ Transferência para receita do Estado do montante de 1 M€ proveniente do saldo da conta de OET "CNP – Companhia Nacional de Petroquímica, SA - Saneamento Financeiro"	
	Regularização de situações do passado e de outras responsabilidades	Regularização de responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da descolonização e de outras situações e programas do passado, estabelecidos na Lei Orçamental	X	X	X	X	A	Análise de 32 processos envolvendo um encargo global de 372,5 M€	
		Acompanhamento de processos judiciais de expropriações litigiosas e pagamento das indemnizações em substituição da entidade expropriante	X	X	X	X	A	Cumprimento de 35 notificações de vários tribunais envolvendo despesa orçamental na ordem dos 25,57M€	
	Assunção de passivos e aquisição de créditos	Análise de processos de assunção de passivos e de aquisição de créditos de entidades públicas				x	A	Análise do processo de assunção de passivos da Sociedade Casa da Música/Porto 2001, SA no âmbito do pagamento do serviço da dívida de empréstimos garantidos pelo Estado (2.081.953 €)	
Recuperação de créditos	Gestão de créditos	Análise, administração e/ou acompanhamento de acordos para regularização da dívida	X	X	X	X	D	Receita de 20,8 M€	88% da receita verificada resultou do contrato de reescalonamento da dívida de Angola
		Registo de hipotecas legais e penhoras judiciais	X	X	X	X	D	19 registos envolvendo despesa de 3 300 €	
		Acompanhamento e controlo da gestão de créditos assegurada por terceiros, nos termos dos respectivos mandatos	X	X	X	X	C	Receita de 7,7 M€ e despesa de 156 341 €, envolvendo um universo de 3 mandatos	98% da receita verificada refere-se aos créditos do extinto Fundo de Fomento de Habitação geridos pela CGD e INH
	Cobrança coerciva de créditos	Acompanhamento de processos em cobrança coerciva	X	X	X	X	D	Receita de 2,4 M€	O encargo anual de despesas associadas a estas actividades ascendeu a cerca de 13 300 €
		Instrução de processos para propositura de acções de cobrança coerciva	X	X	X	X	D	102 processos	

	Implementação do Sistema de Recuperação de Créditos Informação (SIRC)	Prosecação do carregamento de dados no âmbito do Sistema de Informação de Recuperação de Créditos	X	X	X	X	D	Registo de 542 processos, encontrando-se no final do ano abrangidos na aplicação 1342 processos	
		Uniformização e controlo da utilização da aplicação	X	X	X	X	B	Actualização e adaptação das funcionalidades da aplicação em colaboração com a DSIA	

2.4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Prog.	Obj	Proj.	Actividades	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultado alcançado	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Sociedade da Informação e Governo Electrónico – Promover e aprofundar a informatização dos serviços	1 2 3 4	Gestão, tratamento e informatização do arquivo da DGT	Organização e tratamento arquivístico dos fundos documentais da ex-IPE e do ex-IROMA, bem como de documentação produzida pela DGT	X	X	X	X	A e B	O tratamento da documentação do ex-IROMA e da ex-IPE encontra-se em fase de finalização. O tratamento previsto da documentação da DGT encontra-se concluído. Os documentos envolvidos no processo elevam-se a mais de 1800 metros lineares.	
			Incorporação de documentação proveniente de entidades extintas e da DGT, nos arquivos intermédio e histórico	X	X	X	X	B	840 metros lineares de documentos	
			Digitalização de documentação de arquivo	X	X	X	X	D	110.000 folhas	
			Preparação de um projecto de portaria de gestão documental e respectiva tabela de selecção de documentos	X	X	X	X	B		Em colaboração com o GAJ e restantes Departamentos.
	Sistema de Compensação Bancária		Conclusão do caderno de encargos		X			A	Estes novos sistemas irão substituir o actual, a correr no <i>Mainframe</i> Unsys e que o Instituto de Informática irá descontinuar.	Foi também iniciado o Sistema de Compensação de Transferências Bancárias
			Lançamento do procedimento administrativo		X			A		
			Análise das propostas		X	X		A		
			Seleção do fornecedor							
			Análise, desenvolvimento e testes			X		A		
			Passagem a produção				X	B		
	Sist. de Garantias Emprést. e melhorias SIFEP		Seleção do fornecedor					C		O utilizador pretende reformular o Sistema no próximo ano.
			Análise, desenvolvimento e teste							

- 1 A – Concluída
B – Em curso
C – Não iniciada
D - Contínua

		Passagem a produção								
	Certificação digital dos utilizadores Homebanking	Implantação de novos certificados digitais nos utilizadores do Homebanking da DGT	X	X	X	X		A	Foram instalados cerca de 800 certificados contratados, de acordo com o orçamento disponível	
		Reformulação da componente central	X	X				A	A reformulação desta componente visou aumentar os níveis de segurança do sistema, permitindo a associação do utilizador ao certificado. Foram também melhorados as interfaces do sistema, sendo agora possível, por exemplo, consultar assinaturas digitais.	
		Implantação dum sistema de redundância		X				A	Foi implementado um sistema de redundância aplicacional a nível do sistema de certificação digital que garante, entre outros, a tolerância a falhas de um dos equipamentos e o balanceamento de carga entre equipamentos.	
	Envio de extractos bancários em formato electrónico	Elaboração do caderno de encargos						C	Não realizado por falta de verbas	
		Lançamento do procedimento administrativo								
		Análise das propostas								
		Seleccção do fornecedor								
		Análise, desenvolvimento e teste								
		Passagem a produção								
	Captação descentralizada de imagem de cheques	Elaboração do caderno de encargos						C	Não realizado por decisão superior	
		Lançamento do procedimento administrativo								
		Análise das propostas								
		Seleccção do fornecedor								
		Análise, desenvolvimento, integração com o sistema central e testes								

		Passagem a produção de 15 tesourarias de Finanças								
	Novas funcionalidades do Sistema Homebanking	Implementação da funcionalidade de pagamentos de custas judiciais	X					A	Funcionalidade concluída, contudo não foi passada a produção.	
		Implementação da funcionalidade de pagamento de dívidas tituladas por DUC			X	X		A	Opção concluída, tendo sido realizados testes com o SCE (Sistema de Cobranças do Estado)	
		Melhoria da funcionalidade de depósitos externos			X	X		A	A informação dos depósitos externos passou a ser agrupada por talão de depósito.	
		Sistema de Débitos em Conta			X	X		A	A funcionalidade foi concluída. É, ainda, necessária a realização de testes com as entidades cobradoras interessadas, por exemplo UNICRE	
	Novas funcionalidades do Sistema de Cobrança do Estado - SCE	Implementação de alterações no ficheiro de fundos			X	X		A	Foram implementados a cobrança DUC e o tratamento de registos pendentes	
		Implementação de mecanismo de controlo do fundo de maneiio das tesourarias de Finanças			X	X		A		
		Associação da cobrança não DUC identificada por código abreviado de receita a vários NIB			X	X		A		
		Criação de mecanismo de contabilização de movimentos escriturais por entidade cobradora sem afectação da cobrança			X	X		A		
	Novas func. do Sist. de Contas do Tesouro SGT	Análise do SGT, tendo em vista a criação de novas funcionalidades				X		A		
	Sistema de Segurança e Controlo de Qualidade	Auditoria à infra-estrutura, sistemas e serviços da rede	X					A	Foi realizado o levantamento das condições de segurança então existentes nos Sistemas e na Rede da DGT, com vista à mitigação de eventuais problemas	
		Auditoria de processos	X	X				A	Foram analisados os processos existentes, de forma a avaliar quais os que podem representar situação de menor segurança, e posterior melhoria.	

		Auditoria à segurança aplicacional		X	X		A	Foram analisados os Sistemas de Informação utilizados pela DGT (desenvolvidos interna e externamente). A auditoria descreveu as situações que podem representar níveis de segurança inadequada, bem como as medidas necessárias à sua mitigação.	
		Análise de risco			X	X	A	O relatório elencou os riscos associados a cada item dos Sistemas de Informação, identificando os riscos, a probabilidade e os impactos da sua ocorrência e quantificou as eventuais perdas na ocorrência de diversos cenários.	
		Definição de política de segurança		X	X		A	Foi definida uma política de segurança corporativa, bem como as normas de segurança para a utilização e exploração das tecnologias de informação nas suas diversas vertentes	
		Elaboração de Planos de Contingência e Disaster Recover	X			X	A	Foi elaborado o Plano de Contingência e <i>Disaster Recover</i> que pretende descrever o funcionamento dos sistemas em situação de contingência, bem como recuperar, em tempo útil, de falhas e desastres	
	Novas func. da gestão de processos de cheques sem provisão	Implementação de melhorias	X	X			A	Implantação de filtro na listagem por número de processo de modo a imprimir processos a partir de intervalos indicados pelos utilizadores. Alteração de ecrã de consultas	
	Aumento da capacidade dos equipamentos	Instalação de novos equipamentos	X	X	X	X	A	Foram instalados 10 novos computadores pessoais, 10 novas impressoras, 2 balanceadores de carga para o sistema de certificação digital e 2 novos servidores aplicativos	
		Upgrade dos sistemas	X	X	X	X	D	Foi realizado o <i>upgrade</i> do Sistema Operativo Windows 98 para Windows XP em 30 equipamentos pessoais. Foram igualmente instalados os upgrades de segurança para os diversos equipamentos (PC e Servidores)	
	Rede de Comunicações	Reforço da componente de comunicações		X	X		A	As comunicações para o Instituto de Informática passaram a ser efectuadas através de um circuito de fibra, partilhado por vários organismos, aumentando a largura de banda de 512 Kbps para 10 Mbps.	

			Instalação de equipamentos de suporte aos mecanismos de segurança nas comunicações			X		A	Foi instalado um novo firewall entre o router de acesso à Internet e o perímetro de segurança (DMZ) criando desta forma mais um nível de segurança entre estas duas redes.	
			Renegociação das condições contratuais de Banda Larga para a internet				X	C		
Constr., remodel. e apetrechamento das instalações	4	Melhoria das cond. de segurança das instalações dos arquivos	Conservação e remodelação das instalações do Arquivo da Quinta das Lavadeiras	X	X	X		A	Foram realizadas obras de conservação	
		ACTIVIDADES DE FUNCIONAMENTO INTERNO	Administração dos recursos humanos	X	X	X	X	D	Processamento dos vencimentos de 230 funcionários da DGT, 29 promoções, 4 reclassificações, 7 admissões e 21 saídas. Realização dos procedimentos inerentes à gestão dos Recursos Humanos (assiduidade, ADSE)	
			Execução do plano de formação profissional	X	X	X	X	D	42 Acções de formação 258 Participantes 2904 Horas de formação 10.341 € de custos	
			Preparação, execução e controlo do orçamento de funcionamento da DGT e do PIDDAC	X	X	X	X	D	Orçamento de funcionamento: 6,4 M€ – 99,9% PIDDAC: 554.665 € - 100%	
			Elaboração da Conta de Gerência	X	X	X		A	Apresentação ao Tribunal de Contas nos prazos legais	
			Gestão do Helpdesk	X	X	X	X	D	Foi efectuado diariamente o apoio a eventos de <i>helpdesk</i> aos utilizadores internos da DGT e prestado o apoio de 1ª linha aos utilizadores do HB (cerca de 4500 utilizadores).	Quando o apoio de 1ª linha não soluciona os problemas, estes são passados ou para a área dos projectos ou para o Núcleo de Redes e Sistemas ou para as gestoras de conta do Homebanking, em função do tipo de problema

2.5. AUDITORIA INTERNA

Prog.	Obj	Proj.	Actividade	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultados alcançados	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Auditorias interna e externa	1 3 4	Controlo e realização de auditorias internas	Levantamento e análise de circuitos e procedimentos mais críticos				X	A	Análise do Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2003, com incidência nos Capítulos relacionados com a actividade da DGT	
			Acompanhamento do desenvolvimento dos diversos sistemas	X	X	X	X	A B	Conclusão de 2 auditorias, encontrando-se 2 outras em curso, uma das quais em fase de relatório. "Follow-up" das recomendações constantes de auditorias do GAI.	
			Tratamento e acompanhamento de situações determinadas a nível superior	X	X	X	X	A	Acompanhamento várias situações, nomeadamente no processo de envio de elementos solicitados por clientes do Tesouro, no âmbito da certificação legal das suas contas.	
			Concepção e desenvolvimento do painel de controlo da DGT			X	X	D	Apresentação do painel, com a metodologia a seguir e uma primeira versão dos principais indicadores.	
	Acompanhamento de auditorias externas	Participação na resposta aos órgãos de auditoria externa, em sede de contraditório	X	X	X	X	A	Elaboração de 11 respostas a projectos de relatório de auditorias do Tribunal de Contas.		
		Manutenção das relações institucionais com outros órgãos de auditoria – TC, IGF e outros GAI	X	X	X	X	A	Estabelecimento dos contactos prévios com o TC e acompanhamento das auditorias desenvolvidas durante o ano.		

1 A – Concluída
B – Em curso
C – Não iniciada
D - Contínua

2.6. PROSPECTIVA E COORDENAÇÃO

Prog.	Obj	Proj.	Actividade	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultados alcançados	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Coord. e controlo orçamental das despesas excepcionais (Cap.60), dos recursos próprios comunitários (Cap. 70) e das receitas administradas pela DGT	1 4	Preparação do Orçamento de Estado de 2006	Recolha de dados e análise dos pressupostos relativos à quantificação e base legal		X	X		A	Apresentação da proposta de receitas administradas pela DGT em 26 de Julho e de despesas Cap. 60 e 70 em 11 de Agosto	
			Preparação de fichas e de mapas resumo		X	X		A		
			Recolha e tratamento dos contributos para a elaboração do Relatório do OE e das Grandes Opções do Plano			X		A	Apresentação dos contributos em 23 de Setembro	
		Acompanhamento da execução orçamental	Coordenação e acompanhamento, respectivamente, do processamento das despesas e do das receitas	X	X	X	X	D	Elaboração de mapas semanais relativos a uma execução anual de 1 463 M€ de despesas e de 640 M€ de receitas Elaboração de relatórios mensais e construção de cenários sempre que solicitados	Quanto à despesa, o saldo orçamental de 645 M€, respeita, essencialmente a 575 M€ de activos, 64,4 M€ de bonificações de juros e 4,2 M€ de subsídios e indemnizações compensatórias Quanto à receita, a diferença entre o previsto no OE 595,3 M€ e o executado ficou a dever-se a 11,4 M€ de juros provenientes do reescalamento da dívida de Angola, a 10,6 M€ de juros resultantes de antecipação de fundos e a 19,5 de juros de aplicações de excedentes de tesouraria
Actualização e análise dos compromissos mensais relativos ao Cap. 60	X		X	X	X	D	Elaboração de 22 informações relativas a propostas sobre transferências orçamentais, antecipações de duodécimos, descativações e transferências de saldos do Cap. 60º do OE/2005 Elaboração de mapas solicitados aquando do OE Rectificativo de 2005			
Gestão da informação e da imagem	1 2 3 4	Divulgação de informação	Preparação do Plano de Actividades para 2006 e do Relatório de Actividades de 2004	X	X		X	A B	Relatório de Actividades de 2004 e Plano de Actividades de 2006 entregues nos prazos previstos	O Plano de Actividades para 2005 foi aprovado no início de Março daquele ano.

- 1 A – Concluída
B – Em curso
C – Não iniciada
D - Contínua

Apoio específico de índole jurídico – financeira em matérias que envolvem esforço financeiro do Estado	1 4	Elaboração de estudos e pareceres	Preparação da informação estatística relativa ao crédito à habitação	X	X	X	X	D	Elaboração do relatório anual de 2004 e dos do 1º, 2º e 3º trimestres de 2005. Envio a destinatários específicos e divulgação via DR e Internet	
			Despistagem, gestão e difusão de informação técnica, por perfil de utilizador, recorrendo a diferentes suportes	X	X	X	X	D	Envio regular de informação a 113 utilizadores relativa a 45 periódicos. Realização de 500 pesquisas técnicas na Internet Satisfação de 600 pedidos de legislação Envio à SGMF de 105 pesquisas para divulgação junto de outros serviços do MF Tradução de duas Notas da Comissão Europeia à Comissão Económica e Financeira	Aumento de 54% do número de utilizadores Aumento de 68,3% de pesquisas Tradução de "Emissões de moedas em euros ao nível da UE" e de "Autenticação de moedas em euros e tratamento de moedas em euros inadequadas para circulação"
			Tratamento de conteúdos a figurar numa página de intranet					C		A aguardar o desenho da página
			Actualização, em permanência, dos conteúdos do site da Internet da DGT	X	X	X	X	D		Seria desejável uma actualização do layout da página
			Coordenação das respostas aos contactos efectuados através do e-mail existente na página da Internet	X	X	X	X	A	Elaboração de respostas de carácter genérico	
			Preparação de acções de formação específica solicitadas por entidades homólogas de outros países	X				A	Preparação de uma acção de formação pedida pela Direcção do Tesouro de Cabo Verde	Apesar de preparada, a acção não se chegou a realizar por desistência daquela entidade
			Análise de processos transversais e preparação de projectos de normativos legais sobre matérias que envolvem esforço financeiro do Estado	X	X	X	X	D	Elaboração: - projectos de diplomas para alteração da base de dados do crédito à habitação e apresentação de candidatura ao POAP neste âmbito; - preceito que possibilita o pagamento de bonific. do crédito à habitação, concedido nas RA, através da DGT; - projecto de preceito que incluía no Cap.60 o pagamento de encargos com reformados e pensionistas das ex-colónias.	O projecto de preceito que incluía no Cap.60 o pagamento de encargos com reformados e pensionistas das ex-colónias acabou por não ser incluído na Lei do OE/2006
			Acompanhamento de auditorias promovidas pela IGF e elaboração de propostas complementares					C		Durante o ano em apreciação não foi superiormente solicitada ao GPC nenhuma intervenção nesta matéria

		Acompanhamento do funcionamento da base de dados	Análise da natureza e da origem de dados não validados pela base de dados e proposta da respectiva regularização	X	X	X	X	D	<p>Detecção de erros no SCH e respectivo estudo para correcção.</p> <p>Coordenação da implementação de novas validações por parte do II e da DGITA</p> <p>Prestação de esclarecimentos às IC</p>	
--	--	--	--	---	---	---	---	----------	--	--

2.7. APOIO JURÍDICO

Prog.	Obj	Proj.	Actividade	Calendário trimestral				Exec. ¹	Resultados alcançados	Comentário
				1º	2º	3º	4º			
Apoio jurídico	1 2 3 4	Emissão de pareceres jurídicos	Estudo e acompanhamento de processos administrativos e contenciosos	X	X	X	X	D	Estudo e acompanhamento de 14 acções administrativas.	
			Instrução de processos de natureza disciplinar	X	X	X	X	C		Não se verificou a instrução de qualquer processo disciplinar
			Instrução de processos de natureza administrativa	X	X	X	X	A/D	Análise e emissão do respectivo parecer em cerca de 100 processos administrativos.	
		Participação na actividade legislativa / regulamentar	Intervenção na elaboração de projectos de diplomas legais	X	X	X	X	A/D	Análise de cerca de 15 projectos legislativos remetidos para parecer e apresentação de 8 propostas de diplomas de iniciativa própria.	
			Elaboração de instrumentos jurídicos no âmbito da actuação da DGT, designadamente despachos, deliberações unânimes por escrito, contratos e protocolos	X	X	X	X	A/D	Análise e elaboração de contratos e protocolos, nos quais a DGT é parte, tendo sido preparados e cerca de 50 DUE e Despachos	
			Colaboração na elaboração do articulado da lei do OE e do decreto-lei de execução orçamental			X		A	Apresentação de proposta de articulado para o OE 2006, nas áreas de intervenção da DGT	

1 A – Concluída
B – Em curso
C – Não iniciada
D – Contínua

4. AVALIAÇÃO FINAL

O Relatório de Actividades, que agora se apresenta, reflecte o esforço desenvolvido pela Direcção-Geral do Tesouro ao longo do ano de 2005, a fim de cumprir objectivos traçados, a maior parte dos quais pela sua natureza e exigência não se esgota num ano.

Os projectos e actividades não concluídos devem-se não só ao facto de representarem actividades correntes que se prolongam no tempo mas também a constrangimentos externos e internos que impediram a sua concretização.

Porém, cabe ressaltar alguns resultados que, pela importância de que se revestem, não podem deixar de ser mencionados:

- Alargamento do universo de clientes do Banco do Estado às entidades públicas empresariais (EPE), nos termos do n.º 3 do artigo 55º da Lei do OE/2005, na redacção introduzida pelo OE Rectificativo;
- Entrada em produção do Sistema de Contas Correntes do Tesouro (SGT), permitindo a interligação das várias aplicações informáticas de suporte à Tesouraria do Estado (p.e. Sistema de Compensação, Homebanking e Sistema de Cobranças do Estado) e a gestão on-line de todas as contas bancárias domiciliadas na Direcção-Geral do Tesouro;
- Desenvolvimento do processo de automatização da contabilização dos valores das cobranças do Estado e respectivos depósitos, efectuados em contas do Tesouro, com as entidades colaboradoras na cobrança (CTT, Bancos e SIBS), pela utilização da informação disponibilizada pelo SCE, permitindo a eliminação da intervenção humana e dos erros daí decorrentes e melhorando a qualidade e tempestividade da informação contabilística fornecida à Conta Geral do Estado. Esta automatização iniciou-se em 2 de Janeiro passado;
- Maior centralização de fundos na Tesouraria do Estado, com a dinamização da funcionalidade de “Depósitos Externos” e a possibilidade das contas dos

clientes do Tesouro arrecadarem valores através da opção “Pagamentos de Serviços” das Caixas Automáticas Multibanco da SIBS.

O Director-Geral

José Castel-Branco